

PLATAFORMA DE TRABALHO - CHAPA RENOVA SINESP

PRINCÍPIOS, DEFESAS E DIRETRIZES

Fortalecimento do SINESP, privilegiando sua autonomia sindical e o princípio democrático de construção, considerando as vozes de seus filiados; Atuação orgânica no cotidiano das escolas, contribuindo com os encaminhamentos e resoluções dos problemas enfrentados pelas escolas até que se findem os desdobramentos; Protagonismo na organização e apoio à categoria em todas as mobilizações, em especial nos momentos de greve; Continuidade, ampliação e intensificação das ações judiciais e lutas sindicais existentes; Atuação em parceria efetiva com outros sindicatos, movimentos sociais e políticos da classe trabalhadora, respeitando a autonomia sindical e independência do SINESP; Combate a todas as formas de autoritarismo e assédio nas relações de trabalho; Acolhimento à diversidade dos segmentos que compõem a gestão escolar com garantia de tratamento isonômico na ação sindical, partindo dos princípios de gestão democrática, mediação, “horizontalização” e combate à “hierarquização” das relações. Fortalecimento da autonomia das unidades escolares. Valorização da carreira pública através da defesa da manutenção dos direitos consolidados, ampliação e conquistas de novos; Defesa do concurso como forma de provimento aos cargos públicos, combatendo a precarização das condições de contratação e de exercício das funções em voga hoje; Combate às terceirizações dos serviços, defendendo à priorização da rede direta e propondo a revisão dos convênios e parcerias existentes; Defesa da escola pública de qualidade social, laica, inclusiva, anticapacitista, antirracista, antixenofóbica, antiLGBT-QIAP+fóbica, segura, sustentável, promotora da equidade social e dos direitos humanos; Formação sindical e política permanente; Compromisso com as lutas sociais, em defesa da democracia e combate à extrema direita, pela construção de uma sociedade justa e solidária.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A construção de um plano efetivo de lutas, mobilizações, reivindicações e devolutivas se dará a partir de:

Escuta atenta de filiados/as, em especial, de representantes (RELTs) e conselheiros sindicais (CREPs); Reflexão dos debates realizados nos congressos; Iniciativa e protagonismo junto a outros sindicatos e órgãos centrais nas mobilizações em defesa dos direitos da

classe trabalhadora; Posicionamento combativo em momentos de greve, com ações para unificação da categoria, participação nos comandos de greve e suporte nos desdobramentos, evitando prejuízos (utilizando o fundo de greve quando preciso); Realização de avaliação das condições de trabalho, condições das Unidades Escolares, fluxos de atendimento e autoavaliação; Planejamento e adoção de estratégias em busca de resoluções para os problemas apontados nestas avaliações; Descentralização da ação do Sindicato e ampliação dos pontos de atendimento, buscando aproximá-lo das unidades escolares de toda a cidade.

Efetivação do Núcleo de coordenação pedagógica e criação dos núcleos de supervisão escolar, profissionais adaptados e outros, de acordo com a necessidade de organização da categoria; Criação de núcleo de aposentados e aposentadas para contemplar as especificidades e organizar a defesa de seus direitos e interesses; Estratégia de comunicação transparente, funcional, interativa e mobilizadora, com maior publicização das ações sindicais; Fortalecimento do setor jurídico e assessoria permanente aos filiados na defesa de seus direitos e interesses; Transparência financeira e observação de critérios para aplicação dos recursos em ações que fortaleçam as mobilizações; Realização de ações formativas valorizando os saberes da rede municipal e em parceria com universidades, centrais sindicais, DIEESE e outras entidades. Publicação e divulgação periódica de produções acadêmicas de profissionais da rede municipal

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Reivindicações permanentes por melhorias nas condições de trabalho, como as que envolvem: Oposição ao sistema de pagamento por subsídios, defendendo a incorporação dos vencimentos; Oposição à terceirização da gestão em todas as formas que se apresente: gestão compartilhada, PL 573, termo de cooperação e outras propostas; Continuidade das lutas e ações judiciais que estão em andamento (81%, 4º lote, descongelamento, URV, etc.); Revisão da organização de recursos humanos nas U.Es, com ampliação do quadro de servidores/as das U.E.s, garantindo condições de trabalho e atendimento com qualidade; ampliação dos módulos de coordenação pedagógica, em especial nas unidades de Educação

Infantil; implementação do cargo de Secretário/a nas unidades de Educação Infantil.

Readequação dos setores atribuídos para cada supervisor/a, com revisão do número de U.E.s, garantindo condições adequadas de trabalho; Ampliação dos módulos de servidores que atuam nas DREs, apoiando as funções na perspectiva da garantia da autonomia do trabalho e da não ingerência política; Exigência da unificação de protocolos e procedimentos entre as DREs, a partir da SME; Garantia de autonomia do trabalho da supervisão escolar, valorizando a autoria e as subjetividades de cada contexto; Revisão da legislação que orienta apurações preliminares e processos administrativos, em diálogo com SME (DINORT, AJ), CMSP, CGM, PGM e outros órgãos, refletindo sobre suas reais necessidades, objetivos e princípios éticos; Apoio aos e às Assistentes de Direção buscando garantir condições de trabalho para o pleno desenvolvimento de suas funções. Debate e aperfeiçoamento da legislação do PTRF, buscando praticidade e efetividade, bem como a possibilidade de contratação de formação externa e garantia de autonomia das Unidades Escolares na execução dos recursos. Revisão e efetivação de protocolo das obras em escolas; Combate à burocratização e ações imediatistas que atrapalham a ação pedagógica e atacam a autonomia das unidades escolares; Adoção de medidas de proteção escolar contra situações de violência urbana e ameaças de ataques às escolas, com instalação de botão do pânico em todas as unidades escolares; Apoio às equipes gestoras diante das novas demandas da gestão oriundas da adesão ao modelo de Educação Integral; Garantia de substituição de todos os profissionais em caso de afastamentos legais; Apoio à luta de ATEs, professores e funcionárias/os terceirizados; Promoção da saúde dos profissionais da gestão escolar e defesa do HSPM. Defesa da efetivação da Jornada de Formação. Acionamento do Judiciário em favor da garantia do direito de aposentadoria especial aos servidores e às servidoras que dedicaram tempo de efetivo trabalho nas DREs, SME ou outros órgãos centrais. Garantia de ação sindical com dispensa de ponto no cargo de acúmulo; Exigência da participação do Sindicato na formulação da legislação educacional do município;

Fim de quaisquer descontos oriundos de afastamentos por questões de cuidados com a saúde; Garantia dos direitos, sem prejuízos, em caso de readaptação funcional de gestores e gestoras; Redução da jornada em caso de pessoa com deficiência na família, sem prejuízos nos vencimentos.

Política educacional defendida pelo Renova Sinesp

Atuação intensa e permanente em parceria com outros sindicatos, movimentos e unidades escolares pelo cumprimento do Plano Municipal de Educação; Autoria das Unidades Escolares na construção dos projetos políticos pedagógicos, garantia da autonomia escolar e da soberania dos conselhos de escola; Efetivação de política de educação inclusiva: acesso, permanência e qualidade do atendimento; Priorização do atendimento a demanda de matrículas nos CEIs diretos e EMEIs Fim do processo de terceirização da educação infantil e revisão do papel da rede parceira durante a transição necessária. Acompanhamento das escolas municipalizadas e discussão sobre a continuidade desse processo, em especial no que diz respeito à defesa dos direitos das/os profissionais da educação; Apoio às unidades escolares na implantação de protocolo antirracista e de currículos e programas numa perspectiva inclusiva, sustentável, diversa e de garantia dos direitos humanos; Manutenção e ampliação da oferta de escolas com EJA; Reivindicação da participação de gestores e gestoras na formulação da legislação educacional; Criação de novos CEUs com atividades educacionais, esportivas e de lazer oferecidas exclusivamente pela rede direta; Diminuição da relação número de bebês por educador em turmas com recém-nascidos e no MGII para os CEIs. Diálogo intersetorial, com outras secretarias, a fim de criar e fortalecer políticas para garantir o atendimento aos bebês recém-nascidos; Realização amplo debate sobre a presença de profissionais da saúde na escola; Apoiar as Unidades Escolares que participem do Programa de Educação integral com formação, estrutura e condições necessárias defendendo sempre autonomia da unidade escolar contra imposições governamentais. Repensar o papel das Avaliações externas diminuindo sua quantidade e ressignificando a utilização dos dados e resultados.